



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



LICITAÇÃO: TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 23104.022968/2021-67

1. **OBJETO**

1.1. Aquisição, com fornecimento e instalação, de elevadores de passageiros e plataforma elevatória para pessoas com mobilidade reduzida, incluso manutenção por 12 meses, e serviço de desmontagem (desinstalação) dos atuais equipamentos, para a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, ficando a cargo da Empresa Contratada todas as despesas de mobilização e desmobilização de equipamentos e demais serviços pertinentes (inclusive mobilização e desmobilização de pessoas e equipamentos necessários para instalação dos equipamentos).

ITEM	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL	Elemento de Despesas	TIPO
GRUPO 01 - Aquisição de elevador para a FAFAN - Campo Grande / MS - instalado e desmontagem/retirada do existente (entrega no almoxarifado da UFMS)								
1	47287 - Elevador passageiro, elevador , componentes - passageiro	Aquisição: Fornecimento e Instalação de 01 Elevador de Passageiros, Capacidade para 08 pessoas (600kg), 03 paradas - local: FAFAN (Nutrição - Bloco 19, Setor 01 da Cidade Universitária da UFMS, em Campo Grande/MS).	1	un.	R\$ 106.279,85	R\$ 106.279,85		FORNECIMENTO/INSTALAÇÃO - Documento Fiscal: Nota Fiscal de Venda
2	3557 -Instalação , manutenção - elevadores, escadas rolantes, monta - cargas , plataforma , escadas	Desmontagem do atual elevador. Local: FAFAN (Nutrição - Bloco 19, Setor 01 da Cidade Universitária da UFMS, em Campo Grande/MS).	1	un.	R\$ 7.333,33	R\$ 7.333,33		SERVIÇOS PJ
TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL GRUPO 01							R\$	113.613,18
GRUPO 02 - Aquisição de elevador para o INBIO - Campo Grande / MS - instalado e desmontagem/retirada do existente (entrega no almoxarifado da UFMS)								
3	47287 - Elevador passageiro, elevador , componentes - passageiro	Aquisição: Fornecimento e Instalação de 01 Elevador de Passageiros, Capacidade para 08 pessoas (600kg), 03 paradas - local: CIPEBio (INBIO - Bloco 18, Setor 01 da Cidade Universitária da UFMS, em Campo Grande/MS).	1	un.	R\$ 106.279,85	R\$ 106.279,85		FORNECIMENTO/INSTALAÇÃO - Documento Fiscal: Nota Fiscal de Venda
4	3557 -Instalação , manutenção - elevadores, escadas rolantes, monta - cargas , plataforma , escadas	Desmontagem do atual elevador. Local: INBIO (CIPEBio (INBIO - Bloco 18, Setor 01 da Cidade Universitária da UFMS, em Campo Grande/MS).	1	un.	R\$ 7.333,33	R\$ 7.333,33		SERVIÇOS PJ
TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL GRUPO 02							R\$	113.613,18
VALOR TOTAL GERAL ESTIMADO							R\$	227.226,36

*Observação: O Almoxarifado da UFMS está localizado no Setor 02 da Cidade Universitária da UFMS, em Campo Grande/MS. A entrega dos equipamentos no Setor deverá ser precedida de comunicação prévia e agendamento com o fiscal do contrato.

1.2. O objeto da Licitação tem como natureza:

1.2.1. Instalação de bem comum, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002 e do inciso II do Artigo 3º do Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019 e

1.2.2. Contratação de serviço comum, em uma única demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra para fins do disposto no art. 3º do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

1.3. Em obediência ao art. 3º, §1º, I, da Lei nº 8.666/1993 e art. 3º, XI, alínea "a.1", do Decreto nº 10.024/2019, no intuito de evitar especificações do objeto que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização, foram tomadas as devidas cautelas para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais à contratação, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração?

1.3.1. Os códigos gerais dos bens e respectivos serviços foram retirados do CATMAT e CATSER, e as descrições complementares indicam a especificidade técnica necessária ao requisitante, porém de forma objetiva e imparcial. Conforme o Estudo Técnico Preliminar 17/2021 ([2741223](#)), os orçamentos solicitados e levantamentos realizados em outras contratações, foi constatada a existência de diversos fornecedores do ramo, ensejando um certame competitivo.

1.4. Agrupamentos de Itens: Considerando que será necessária a retirada do equipamento existente (o que constitui um serviço) para a instalação no novo equipamento adquirido, e *que a modelagem da contratação foi realizada de forma que a mesma empresa a fornecer o bem instalado realize também a retirada do elevador existente, por continuidade de serviço e celeridade e eficácia na fiscalização*, foi previsto o agrupamento da instalação e da retirada. Porém, respeitando-se a regra da adjudicação parcelada, cada local a ser contemplado foi separado em um lote, perfazendo um total de quatro lotes, permitindo que empresas distintas sejam contratadas para cada lote.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 07 (sete) meses, sendo o prazo de execução 04 (quatro meses): Previsto um prazo de 01 mês para serviços de desmontagem e 03 meses para instalação, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93.

1.6. O documento Estudo Técnico Preliminar 17/2021 ([2741223](#)), deverá vir ANEXO a este Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA, OBJETIVO E MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares SEI [2741223](#), apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Motivação da contratação:

2.2.1. A UFMS possui, dentre as finalidades e objetivos definidos em seu estatuto, a função de geração, difusão e aplicação de conhecimentos que contribuam para melhorar a qualidade de vida da sociedade, através das atividades de formação e qualificação de profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, caracterizando-se aí sua atividade fim. A contratação visa suprir demanda de acessibilidade aos cidadãos com dificuldade de locomoção e portadores de necessidades especiais, possibilitando o acesso completo a todos os pavimentos das edificações mencionadas.

2.2.2. A referida demanda contempla a desmontagem dos elevadores, bem como instalação de novos elevadores, visto o contido nos relatórios SEI nº [2737082](#) e [2737090](#).

2.2.3. A quantidade dos itens solicitados é de 02 (duas) unidades de elevadores para 8 passageiros, sendo 1 unidade de elevadores com 3 paradas para o Edifício da FACFAN e 1 unidade de elevador com 3 paradas para o Edifício do CIPeBIO, visto serem estas as quantidades para atendimento da demanda solicitada.

2.2.4. Os materiais poderão ser adquiridos conforme a necessidade da Instituição, de acordo com a legislação vigente, devidamente atestados pela Unidade Requisitante.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo determinada é a substituição dos equipamentos existentes por novos, visto as observações contidas nos relatórios de Vistoria ([2737082](#) e [2737090](#)) e Despachos DIOPE CMT ([2737103](#)) e GAB/PROADI ([2737151](#)), encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares 17/2021 ([2741223](#)), apêndice deste Termo de Referência.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. CONDIÇÕES PARA ENTREGA / EXECUÇÃO:

4.1.1. O prazo para execução do objeto (desmontagem e fornecimento e instalação do elevador) será de 04 (três) meses, a partir da assinatura do contrato.

4.1.2. Local Horário e condições de recebimento:

4.1.2.1. **Material Permanente UFMS: Local:** Os locais de entrega estão definidos conforme as especificações na planilha do item 1.1 e conforme informações do item 9.6.

4.1.2.2. **Horário:** das 08h às 10h30min e das 13h00min às 16h30min, em dia útil.

4.1.2.3. Os bens devem ser entregues acondicionados em dependências pré-determinadas pela UFMS, em embalagem adequada, para que não sofram qualquer outro tipo de dano;

4.1.2.4. A licitação é por menor preço *por lote* e a Unidade requisitante é a Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura - PROADI/UFMS;

4.1.2.5. Todas as embalagens e notas fiscais devem estar identificadas com o nome das respectivas unidades onde serão instalados os equipamentos destinados, assim como a identificação do número de empenho e o nome do fornecedor;

4.1.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no item 4.3.1 deste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

4.1.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.1.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.1.6. Os serviços devem ser executados sob a responsabilidade de profissional habilitado no Conselho Regional de Engenharia – CREA;

4.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

4.3. A empresa responsável pela instalação do equipamento deverá recolher Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente aos serviços de instalação, na unidade do CREA em cuja jurisdição for exercida a atividade.

4.3.1. Característica dos Elevadores de passageiros - Especificação técnica mínima do equipamento:

- * Tipo: elevador convencional para transporte de passageiros;
- * Paradas: 02 (duas) paradas para o Item 05 e 03 (três) paradas para os Itens 01 e 03;
- * Percurso: 7,30 metros (3 paradas) e 3,65 metros (2 paradas);
- * O elevador deve atender as normas da NBR 13994 e NBR 9050;
- * Capacidade (mínima): 600 kg;
- * Velocidade (mínima): 1,00 m/s;
- * Medidas do Projeto:
 - Dimensões da Caixa: Largura 1,75 m x 2,00 m Comprimento (CIPeBIO e FACFAN - Campo Grande/MS)
- * Dimensões da cabina: As dimensões da cabine comportam o transporte de passageiros em cadeira de rodas, de acordo com a legislação vigente.
 - Medida de Frente: 1,10 m
 - Medida de Fundo: 1,40 m
 - Altura da Cabina: 2,20 m
- * Fabricado e instalado de acordo com as normas e legislações descritas no Edital;
- * Os códigos de acesso do software (manutenção e operação) dos elevadores e plataformas devem estar disponíveis para a UFMS;
- * Sistema de resgate automático: sistema eletrônico que na falta de energia proveniente da concessionária, aciona automaticamente o funcionamento da cabina, em baixa velocidade, até o pavimento mais próximo, acima ou abaixo da posição em que a viagem foi interrompida. Ao estacionar no pavimento as portas serão abertas automaticamente para a saída, em segurança, dos passageiros. A cabina deve permanecer neste pavimento até que o fornecimento de energia seja regularizado;
- * Sistema detector de excesso de carga: dispositivo que impede a partida da cabina quando a lotação for ultrapassada;
- * Sintetizador de voz para anuncio de andar e sentido de viagem da cabina;
- * Intercomunicador com viva voz, interligando cabina e portaria;
- * Dispositivo de alarme na cabina;
- * Ventilador embutido no teto da cabina;
- * Régua de segurança eletrônica;
- * Cabina com iluminação em LED;
- * Iluminação de emergência;
- * Proteção contra chamadas falsas;
- * Botoeira de chamadas de simples pressão instalados nos marcos de portas ou nas paredes dos pavimentos (em caixas de alvenaria), que indicam registro de chamada efetuada e marcação das setas com braile, iluminação em LED e placa face em aço inox escovado;
- * Botão para abrir e fechar porta na cabina;
- * Botoeira de simples pressão e marcação dos pavimentos com braile e iluminação LED instalados na cabina;
- * Cabina em aço inoxidável escovado;
- * Portas e revestimentos internos em aço inoxidável escovado;
- * Corrimão da cabina em aço inoxidável escovado, localizado nas laterais e fundo;
- * Espelho da cabina na parte superior do painel de fundo;
- * Painel de operação da cabina em aço inoxidável escovado com indicação da capacidade de carga (kg/passageiros);
- * Teto da cabina em aço inoxidável escovado com no mínimo 04 pontos de iluminação LED;
- * Piso da cabina com revestimento em granito.
- * Configuração de atendimento: comando automático coletivo seletivo na subida e na descida;

* Motor trifásico 220 V, 60 Hz.

- 4.3.2. A contratada deverá executar os serviços utilizando de materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução dos mesmos;
- 4.3.3. A contratada cuidará para que toda a área sob sua responsabilidade permaneça sempre limpa e organizada.
- 4.3.4. Se, após o recebimento provisório, for constatado que serviços foram realizados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação do contratado, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.
- 4.3.5. A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços ou materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 4.3.6. O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se à UFMS as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei n.º 8.078/90.
- 4.3.7. Os serviços deverão ser executados de modo a não prejudicar o funcionamento normal das Unidades, transferindo para os horários fora do expediente normal, SE FOR O CASO, os serviços de montagem/desmontagem ou, ainda, serviços que venha a causar transtornos, sempre sob orientação da fiscalização da UFMS;
- 4.3.8. Todos os desligamentos deverão ter anuência prévia da Fiscalização do Contratante;

4.4. **DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS**

- 4.4.1. Na proposta de preços deverão constar os bens especificados de forma clara, cotados em conformidade com este Projeto Básico/Termo de Referência, com o edital e seus anexos, citando no mínimo a marca, modelo do equipamento, capacidade de carga em kg, fonte de alimentação e demais informações a critério do fornecedor;
- 4.4.2. A empresa classificada em primeiro lugar, em cada lote, na etapa de lances do pregão eletrônico, deverá apresentar amostra do produto relacionado no item 1 - Objeto, no prazo determinado pelo pregoeiro e nas condições do item 4.4.3;
- 4.4.3. As amostras poderão ser apresentadas através de catálogos técnicos e portfólios, e deverão ser entregues no Setor de Licitações da UFMS, situado na Avenida Costa e Silva, s/nº, Bairro Universitário, CEP 79070-900, Campo Grande/MS, e deverão atender às especificações requeridas;
- 4.4.4. As amostras serão analisadas pela Diretoria de Planejamento e Gestão de Infraestrutura - DINFRA/PROADI, oportuna e previamente comunicada à licitante vencedora;
- 4.4.5. Para a visita ao local de execução dos serviços, as empresas licitantes deverão procurar a Diretora da Diretoria de Planejamento e Gestão de Infraestrutura - DINFRA/PROADI, ou preposto indicado por ela, localizado à Av. Senador Filinto Muller, 1.555, Vila Ipiranga, CEP: 79.046-460 - Campo Grande/MS, telefone nº (67) 3345-3530, das 08:30 horas às 11:30 horas e das 14:30 horas às 17:30 horas.
- 4.4.6. A empresa licitante, a seu critério, poderá declinar da visita, sendo, neste caso, necessário apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.
- 4.4.7. **Horário das visitas ao local do serviço: Segunda à Sexta Feira das 08:00 h às 11:00 e das 13:30 h às 16:30 h.**
- 4.4.8. Os custos de substituição do material rejeitado correrão exclusivamente a expensas da Contratada.
- 4.4.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por forçadas disposições legais em vigor.
- 4.4.10. O Gestor do Contrato deverá emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 4.4.11. Deverá comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 4.4.12. No caso de esgotamento de mercado do material ofertado na ocasião da licitação, ou a adjudicatária estiver com dificuldades para efetuar as entregas dos mesmos, poderão ser aceitos como opções para possíveis substituições, aqueles que comprovadamente possuírem qualidades e rendimentos SUPERIORES aos ofertados.
- 4.4.13. Os custos de substituição do material rejeitado correrão exclusivamente a expensas da Contratada.
- 4.4.14. O manual com especificações técnicas e instruções de configuração; Certificados ou Termos de Garantia, não poderão estar divergentes das especificações do Termo de Referência e deverão estar em português.
- 4.5. **DEMAIS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**
- 4.5.1. Manual de instruções - Todo equipamento deve vir acompanhado de "Manual de Instruções" em Português, fixado em local visível e seguro, contendo:
- 4.5.1.1. Orientações para instalação e forma de uso correto;
- 4.5.1.2. Procedimentos de segurança;
- 4.5.1.3. Regulagens, manutenção e limpeza;
- 4.5.1.4. Procedimentos para acionamento da garantia e/ou assistência técnica;
- 4.5.1.5. Relação de oficinas de assistência técnica autorizadas em cada Estado;

- 4.5.1.6. Certificado de garantia preenchido (data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo e número da Nota Fiscal).
- 4.5.1.7. A CONTRATADA deverá garantir, irrestrita e ilimitadamente, o perfeito funcionamento de cada um dos equipamentos previstos no escopo do fornecimento por um período de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo dos equipamentos.
- 4.5.1.8. Normas técnicas de referência: ABNT NBR NM 267:2002, NBR NM 313:2007 e NBR 13994.
- 4.5.1.9. Outras normas e dispositivos legais técnicos vigentes e não citados, relacionados à fabricação do produto.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da contratante:

- 5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 5.3. Disponibilizar a superestrutura do poço, assim como a instalação elétrica para alimentação;
- 5.4. Propiciar à contratada condições necessárias à execução dos serviços;
- 5.5. Cumprir rigorosamente as orientações técnicas da contratada;
- 5.6. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial a aplicações de Sanções e Alterações;
- 5.7. Notificar a contratada quanto a qualquer irregularidade identificada na prestação dos serviços, fixando-lhe prazo para a correção.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - 6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;
 - 6.1.1.1. *O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada; (QUANDO FOR O CASO)*
 - 6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 6.1.3. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 6.1.4. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 6.1.5. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
 - 6.1.6. Executar os serviços conforme especificações do Contrato, Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste instrumento, Termo de Referência e em sua proposta;
 - 6.1.7. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
 - 6.1.8. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas a fim de que o equipamento juntamente os insumos necessários à instalação sejam entregues na Cidade Universitária da UFMS, em Campo Grande-MS, tais como impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, seguros, fretes de entrega, etc.;
 - 6.1.9. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
 - 6.1.10. Instalar o equipamento solicitado no prazo máximo definido na proposta de preços apresentada na licitação, contado da data de recebimento da nota de empenho;
 - 6.1.11. Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data de assinatura do CONTRATO;
 - 6.1.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou que se verifique no local dos serviços;

- 6.1.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 6.1.14. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 6.1.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
- 6.1.16. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Contrato, no prazo determinado;
- 6.1.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 6.1.18. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;
- 6.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 6.1.20. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;
- 6.1.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 6.1.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 6.1.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 6.1.24. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 6.1.25. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017;
- 6.1.26. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 6.1.27. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.*

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

- 9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 9.4. Prazo para início da execução dos serviços será de, no máximo, 10 dias partir da emissão da Ordem de Serviço;
- 9.5. O detalhamento técnico se encontra descrito nos itens 4.3.1, 4.4.1 a 4.4.14 e 4.5.1;
- 9.6. Localidades previstas para substituição dos equipamentos:

- 9.6.1. FACFAN (Nutrição - Bloco 19, Setor 01 da Cidade Universitária da UFMS - Av. Costa e Silva, s/nº, Bairro Universitário, CEP 79070-900, em Campo Grande/MS), com horário de funcionamento da Unidade: 07:30hs às 11hrs e 13:00hrs às 17:00hrs, horário de MS;
- 9.6.2. CIPeBio (INBIO - Bloco 18, Setor 01 da Cidade Universitária da UFMS - Av. Costa e Silva, s/nº, Bairro Universitário, CEP 79070-900, em Campo Grande/MS, em Campo Grande/MS), com horário de funcionamento da Unidade: 07:30hs às 11hrs e 13:00hrs às 17:00hrs, horário de MS;
- 9.7. Os procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas:
- 9.7.1. O Serviço de desmontagem dos elevadores e plataforma deverá considerar a existência de materiais nobres, que deverão ser devidamente acondicionados e entregues no setor de Almoxarifado da UFMS, localizado no Setor 2 da UFMS, em Campo Grande/MS (Bloco da antiga CGM).
- 9.7.2. Todos os custos com armazenagem, entulho, transporte e remanejamento dos elevadores e plataforma ficarão a cargo da CONTRATADA, cujo prazo para desfazimento do material retirado será de 5 dias úteis a contar do término do serviço de desmontagem.
- 9.7.3. Os novos elevadores e plataforma elevatória deverão ser instalados considerando as limitações dos edifícios que serão instalados, sendo que toda a rotina prevista para instalação deverá ser notificada à Fiscalização para fins de aprovação, antes que se iniciem os procedimentos necessários ao fornecimento dos equipamentos;
- 9.7.4. Após os elevadores e plataforma definitivamente montados, deverão ser submetidos a ensaios de funcionamento, em vazio, com carga nominal e com sobrecarga;
- 9.7.5. Deverá ser verificado, ao longo dos ensaios e inspeções, o perfeito funcionamento de todos os dispositivos de comando, proteção, sinalização e automatismo;
- 9.7.6. A CONTRATADA deverá prever o fornecimento temporário, sob sua própria supervisão, de instrumentos e demais componentes necessários aos ensaios necessários para recebimento definitivo do equipamento;
- 9.7.7. Quaisquer falhas nos serviços de desmontagem ou de fornecimento/instalação que se verifiquem durante ou após a sua execução serão de responsabilidade da CONTRATADA, que deverá arcar com os custos para reparar as incorreções.
- 9.7.8. A CONTRATADA deverá ministrar treinamento básico aos brigadistas para remoção de passageiros em caso de paradas, de forma a evitar danos aos equipamentos
- 9.8. O prazo de realização dos serviços, conforme item 1.5, será de 04 (quatro meses), sendo previsto um prazo de 01(um) mês para serviços de desmontagem e 03 (três) meses para instalação, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93.
- 9.9. A execução dos serviços será acompanhada por servidores indicados pela Contratante para atuar como Gestor, Co-gestor e fiscal do contrato, os quais atuaram nos termos do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul estabelecido pela Resolução CD nº 193 de 27 de setembro de 2019.
- 9.9.1. A gestão do Contrato será da DINFRA (Diretoria de Planejamento e Gestão de Infraestrutura) e a fiscalização do contrato ficará a cargo da SEFIS (Secretaria de Fiscalização).
- 9.10. A contratada poderá contatar a equipe de gestão e fiscalização por meio dos seguintes canais:
- 9.10.1. DINFRA/PROADI: telefone (67) 3345-3530 e e-mail: dinfra.proadi@ufms.br;
- 9.10.2. SEFIS/DINFRA/PROADI: telefone (67) 3345-3530 e e-mail: sefis.proadi@ufms.br.
- 9.10.3. A contratante também poderá fazer uso de mensageiros instantâneos para contato junto à contratada, principalmente em situações emergenciais.
- 9.11. As medições, tanto do serviço de desmontagem quanto do serviço de instalação dos equipamentos, serão realizadas de forma única, somente após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, emitido pelo Gestor do Contrato.
- 9.12. Os equipamentos retirados deverão ser transportados e entregues pela CONTRATADA, no Almoxarifado da UFMS, que está localizado no Setor 02 da Cidade Universitária da UFMS, em Campo Grande/MS. A entrega dos equipamentos no Setor deverá ser precedida de comunicação prévia e agendamento com o fiscal do contrato.

10. DO PAGAMENTO

- 10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, após o Recebimento Definitivo pelo Gestor do Contrato, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

- 10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
-----------------	------------------------	--

11. DO REAJUSTE

- 11.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 11.2. EM CASO DE CONTRATO:
- 11.2.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice **IPCA-E** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 11.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 11.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 11.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 12.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 12.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 12.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 12.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 12.5. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 12.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 12.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 12.6.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 12.6.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 12.6.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 12.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 12.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 12.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 12.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 12.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 12.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 12.13. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 12.14. Será considerada extinta a garantia:
- 12.14.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 12.14.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 12.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 12.16. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Contrato.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e da Resolução 143 CD, de 28 de agosto de 2019 da UFMS a Contratada que, na fase de execução contratual:
- 13.2. **Não celebrar o contrato:**
- 13.2.1. recusar ou deixar de enviar documento necessário para comprovar a capacidade de assinatura do contrato/ata de registro de preços;
- 13.2.2. recusar ou deixar de assinar contrato/ata de registro de preços dentro do prazo de convocação;
- 13.2.3. recusar ou deixar de confirmar o recebimento da Nota de Empenho referente ao contrato/ata de registro de preços
- 13.3. **Sanções aplicáveis para as condutas 13.2.1, 13.2.2, 13.2.3:**
- 13.3.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 04 meses;

- 13.3.2. Descrédenciamento do Sicaf pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- 13.3.3. Multa de 1% do valor total do contrato/ata de registro de preços, por dia de descumprimento, no limite máximo de 15%
- 13.4. **Apresentar documentação falsa:**
- 13.4.1. omitir informações em documentos exigidos no certame;
- 13.4.2. adulterar documento, público ou particular;
- 13.4.3. encaminhar contrato/ata de registro de preços adulterada
- 13.5. **Sanções aplicáveis para as condutas 13.4.1, 13.4.2, 13.4.3:**
- 13.5.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 3 (três) anos;
- 13.5.2. Descrédenciamento do Sicaf pelo prazo de até 3 (três) anos;
- 13.5.3. Multa de 20% do valor total do contrato/ata de registro de preços;
- 13.6. **Ensejar o retardamento da execução do objeto contratual:**
- 13.6.1. praticar qualquer ação ou omissão que prejudique o bom andamento da execução do contrato.
- 13.6.2. deixar de prestar garantia quando exigido.
- 13.7. **Sanções aplicáveis para a conduta 13.6.1:**
- 13.7.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 1 (um) ano.
- 13.7.2. Multa de 15% do valor total do contrato/ata de registro de preços
- 13.8. **Sanções aplicáveis para a conduta 13.6.2:**
- 13.8.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 01 ano;
- 13.8.2. Descrédenciamento do Sicaf pelo prazo de até 01 (ano) ano;
- 13.8.3. Multa de 1% do valor total do contrato/ata de registro de preços, por dia de descumprimento, no limite máximo de 15%
- 13.9. **Falhar na execução do contrato**
- 13.9.1. entregar materiais com características diversas daquelas constantes na proposta, no contrato ou na ata de registro de preços;
- 13.9.2. deixar de substituir materiais com características diversas daquelas constantes na proposta, no contrato ou na Ata de Registro de Preços, no prazo estipulado pela Administração;
- 13.9.3. atrasar a entrega de quaisquer dos itens solicitados por prazo superior a 30 (trinta) dias;
- 13.9.4. recusar-se ou deixar de fornecer quaisquer dos itens contratados/registados;
- 13.9.5. deixar de entregar documentação fundamental para execução contratual.
- 13.10. **Sanções aplicáveis para as condutas 13.9.1, 13.9.2, 13.9.3, 13.9.4, 13.9.5:**
- 13.10.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 06 meses;
- 13.10.2. Multa de 1% do valor total do material, por dia de descumprimento, no limite máximo de 10%; e/ou Multa de 10% do valor total do material contratado;
- 13.10.3. Descrédenciamento do SICAF pelo prazo de até 05 anos;
- 13.11. **Fraudar na execução do contrato**
- 13.11.1. elevar arbitrariamente os preços;
- 13.11.2. fornecer, como verdadeiro ou perfeito, material falsificado ou deteriorado;
- 13.11.3. entregar um material por outro;
- 13.11.4. alterar substância, qualidade ou quantidade do material fornecido;
- 13.11.5. tornar, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato;
- 13.12. **Sanções aplicáveis para as condutas 13.11.1, 13.11.2, 13.11.3, 13.11.4, 13.11.5:**
- 13.12.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- 13.12.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido

13.13. Comportar-se de modo inidôneo

- 13.13.1. realizar atos comprovadamente de má- fé ou com dolo;
- 13.13.2. participar de empresa constituída com a finalidade de burlar penalidade aplicada anteriormente;
- 13.13.3. não realizar o recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias;
- 13.13.4. não realizar o pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação;

13.14. Sanções aplicáveis para as condutas 13.13.1, 13.13.2, 13.13.3, 13.13.4:

- 13.14.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 3 anos;
- 13.14.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido; e/ou Multa de 1% do valor total da obrigação, por dia de descumprimento, no limite máximo de 20%

13.15. Cometer fraude fiscal

- 13.15.1. fazer declaração falsa sobre seu enquadramento fiscal;
- 13.15.2. omitir informações em suas notas fiscais;
- 13.15.3. falsificar ou alterar notas fiscais

13.16. Sanções aplicáveis para as condutas 13.15.1, 13.15.2, 13.15.3:

- 13.16.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 5 anos;
- 13.16.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido.

13.17. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.18. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 10520/2002, subsidiariamente a Lei 8.666, de 1993, e Lei nº 9.784, de 1999.

13.19. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.19.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.20. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.21. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.22. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.23. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.24. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.25. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

14.1. O custo total estimado da contratação do material incluindo a instalação é de R\$ **227.226,36** (Duzentos e vinte e sete mil, duzentos e vinte e seis reais e trinta e seis centavos), conforme Documento [2741992](#).

15. GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS/SERVIÇOS

15.1. O prazo de garantia contratual dos equipamentos/instalações, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

- 15.1.1. Justifica-se a exigência de garantia contratual em função da necessidade de comprovação que a Contratada possui capacidade de cumprir as condições, custos e prazos assumidos na assinatura do contrato.
- 15.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 15.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 15.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 15.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 15.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (*dez*) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.
- 15.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.
- 15.8. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 15.9. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.
- 15.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

16.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 16.1.1. Certificado de Registro da licitante e de seus responsáveis técnicos no CREA da região a que estiver vinculado o licitante, dentro do prazo de validade, que comprove atividade relacionada com o objeto da presente contratação;
- 16.1.2. Comprovação de possuir em seu quadro de profissionais ao menos 01 (um) profissional de Nível Superior com formação em Engenharia Mecânica, detentor de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica, devidamente registrado(s) no CREA da região competente, relativo(s) à Prestação de Serviço(s) compatível(eis) com o Objeto da presente Licitação;
- 16.1.3. A comprovação do profissional de nível superior ser detentor de atestado de capacidade técnica se dará pela apresentação de Certidão de Acervo Técnico emitido pelo CREA da região competente, podendo ser aceita Certidão de Acervo Técnico posta em Atestado de Capacidade Técnica, comprovando a efetiva realização das obras/serviços;
- 16.1.4. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagra vencedor do certame;
- 16.1.5. Declaração indicando o nome, CPF, número do registro no CREA da região competente, do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto da contratação. O nome do responsável técnico indicado deverá ser o mesmo que constar dos atestados de responsabilidade técnica apresentados para qualificação técnica da licitante;
- 16.2. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista estarão presentes no Edital do Pregão.
- 16.3. Critério de julgamento: **“MENOR PREÇO POR LOTE.”** - A presente contratação adotará como regime de execução de Empreitada por Preço Por lote.
- 16.4. Os lances serão ofertados para cada item de cada item de lote, sagrando-se vencedoras as propostas mais vantajosas em CADA LOTE. de acordo com a planilha apresentada no sub item 1.1.

17. VISTORIA PARA LICITAÇÃO

- 17.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nos locais de Instalação dos elevadores e execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 11:00 horas.
- 17.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 17.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 17.4. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta. (se for o caso, a ser visto pela equipe técnica)
- 17.5. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

17.6. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. A SER INFORMADA PELA PROPLAN.

19. INFORMAÇÕES GERAIS

19.1. ESTIMATIVA DE CUSTO

19.1.1. Na proposta de preço deverão estar inclusos todos os custos necessários ao atendimento do objeto, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, **taxas, fretes, transportes, garantia dos materiais e seguros incidentes ou que venham a incidir sobre o fornecimento.**

19.1.2. Se a proposta da licitante estiver seriamente desequilibrada ou os preços inexequíveis, em relação à estimativa prévia de custo pela UFMS, esta poderá exigir que a licitante apresentasse um detalhamento dos preços ofertados, a fim de demonstrar a consistência dos preços em relação ao método e prazo propostos.

19.1.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do Artigo 43 da Lei nº. 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

19.1.3.1. Solicitação à proponente para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, apresentar justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

19.1.3.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

19.1.3.3. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

19.1.3.4. Verificação de Notas Fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

19.1.3.5. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal; e

19.1.3.6. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

19.1.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

19.2. EXIGÊNCIAS DE ESPECIFICAÇÕES:

19.2.1. Deverá a licitante apresentar para cada um dos itens, descrição textual, de modo a facilitar a compreensão das características exigidas. Permitem-se variações de dimensões e desenho segundo o estilo adotado por cada fabricante. As características são as mínimas exigidas devido ao intenso uso.

19.2.2. Na proposta deverá constar o prazo de garantia mínimo estabelecido para o equipamento fixado através de Certificados ou Termos de Garantia no ato de entrega. Na proposta, deverá ainda constar, quanto à garantia: aceitabilidade, podendo ser solicitadas substituições, conforme preceitos estabelecidos no Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

19.2.3. Será exigida garantia dos serviços prestados pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses e dos equipamentos fornecidos pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contado(s) do seu recebimento definitivo.

19.2.4. Por ocasião da aquisição, no momento da aceitação, o pregoeiro poderá solicitar amostras e/ou catálogos, prospectos ou folders para constatação de cumprimento das exigências editalícias, ***sendo que todos deverão estar na língua portuguesa.***

19.2.5. No caso de esgotamento de mercado do material ofertado na ocasião da licitação, ou a adjudicatária estiver com dificuldades para efetuar as entregas dos mesmos, poderão ser aceitos como opções para possíveis substituições, aqueles que comprovadamente possuírem qualidades e rendimentos SUPERIORES aos ofertados.

19.2.6. Fica terminantemente proibida a sub-rogação do compromisso pertinente ao ato licitatório, sob pena de responsabilidade civil à adjudicatária.

19.3. DA AMOSTRA

19.3.1. **Quando e se for o caso**, o pregoeiro poderá solicitar ao fornecedor classificado em primeiro lugar, a amostra do material, ou catálogos e folders com a composição detalhada do produto, que deverá ser entregue no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados da convocação, **bem como aos demais classificados que firmarem compromisso em atender nas mesmas condições do primeiro colocado, em caso de inadimplência (Incisos I, II, III e parágrafos 1º, 2º e 3º do Artigo 11 do Dec 7892/2013).** A amostra deverá ser entregue diretamente na Gerência de Recursos Materiais – UFMS – Avenida Costa e Silva- prédio das Pró-Reitorias-UFMS, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h, de Segunda a Sexta-Feira, em Campo Grande/MS.

19.3.2. A Área Técnica procederá à análise da amostra em conformidade com as especificações constantes do presente Termo de Referência.

19.3.3. O teste a ser realizado aferirá a qualidade do item cotado, observados os seguintes critérios mínimos de aceitabilidade relacionados na especificações do Termo de Referência.

19.3.4. A amostra deverá estar devidamente embalada e identificada com o número do pregão, o número do item, o CNPJ e o nome ou a razão social da licitante, podendo a proponente ser desclassificada, caso não esteja sua amostra de acordo com o proposto nesse subitem.

19.3.5. Caso a amostra da primeira colocada seja reprovada, serão convocadas as propostas remanescentes em ordem de classificação.

19.3.6. As amostras ficarão à disposição da licitante, que deverá retirá-las até o prazo de 20 (vinte) dias.

20. UNIDADES REQUISITANTES DESTE TERMO

20.1. A Unidade requisitante deste termo de referência é a PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA - PROADI/UFMS.

21. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

21.1. "**No que couber**, nos itens relacionados em que a atividade de fabricação ou industrialização for enquadrada no Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981."

21.2. "Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000."

21.3. Em caso de utilização de algum insumo prejudicial ao meio ambiente, que porventura venha a ser empregado na instalação dos equipamentos, serão adotados os critérios do guia prático de licitações sustentáveis.

21.4. As aquisições/instalações, objeto desta licitação, vão ao encontro dos padrões de acessibilidade definidos na NBR 9050, instalando elevadores/rampas/plataformas de acesso em seus prédios com mais de um pavimento, a fim de propiciar condições efetivas de acesso a todos os cidadãos indiscriminadamente, e, dessa forma, dar cumprimento ao Decreto 6.949/2009 e ao princípio da isonomia/equidade/igualdade.

Esta minuta segue assinada pelo servidor Elaborador. Posteriormente, será feito o termo definitivo, assinado pela unidade requisitante, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no art. 14, inciso II, do Decreto nº 10.024/2019.

O Termo de Referência deverá ser devidamente aprovado pelo ordenador de despesas ou outra autoridade competente, por meio de despacho motivado, indicando os elementos técnicos fundamentais que o apoiam, bem como quanto aos elementos contidos no orçamento estimativo e no cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso.



Documento assinado eletronicamente por **Reginaldo Souza de Abreu, Secretário(a)**, em 17/08/2021, às 14:53, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Fabian Francilio Dornelles, Diretor(a)**, em 17/08/2021, às 14:57, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2742555** e o código CRC **19699223**.